

Recebimento: 23/11/2021

Aceite: 19/03/2022

## **TURISMO COMO POSSIBILIDADE ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FURNAS DOS BAIANOS, AQUIDAUANA, MATO GROSSO DO SUL**

## **TOURISM AS AN ECONOMIC POSSIBILITY FOR THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF FURNAS DOS BAIANOS, AQUIDAUANA, MATO GROSSO DO SUL**

Emilia Alibio Oppliger<sup>1</sup>  
Ademir Kleber Morbeck de Oliveira<sup>2</sup>

### **Resumo**

O turismo como fenômeno social e atividade econômica pode contribuir para o desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais, além de melhorar o acesso delas a serviços públicos. O território ocupado por essas comunidades, geralmente, oferece recursos naturais que somados à sua cultura tradicional podem compor um produto turístico único. O objetivo desta pesquisa foi analisar o turismo como possibilidade de desenvolvimento local na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Especificamente, contextualizar a atividade turística na dimensão municipal, apresentar a perspectiva da comunidade acerca do turismo e identificar se há e quais são os empreendimentos que desenvolvem atividade turística na área pesquisada. A pesquisa de campo foi realizada em duas fases: aplicação dos formulários em 2018, para coletar dados que evidenciassem recursos turísticos disponíveis; realização das entrevistas em 2019, para registrar a perspectiva da comunidade acerca do turismo e das possibilidades de desenvolvimento da atividade em seu território. Apesar de importantes, apenas os recursos naturais ou a cultura tradicional não são suficientes para que o turismo se desenvolva de forma sustentável. No momento da pesquisa, o turismo não representou um interesse comum do grupo; ademais, os participantes da pesquisa ressaltaram que não se encontram preparados para trabalhar com esta atividade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Turismo em áreas naturais. Turismo de base comunitária. Sustentabilidade. Políticas públicas.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), Campo Grande – MS, Brasil. E-mail: emiliaoppliger@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências (UFSC). Professor da Universidade Anhanguera-Uniderp, do Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1D. ), Campo Grande – MS, Brasil. E-mail: akmorbeckoliveira@gmail.com

## Abstract

Tourism as a social phenomenon and economic activity can contribute to sustainable development in traditional communities, in addition to improving their access to public services. The territory occupied by these communities generally offers natural resources that, added to their traditional culture, can make up a unique tourist product. The objective of this research was to analyze tourism as a possibility for local development in the quilombola community of Furnas dos Baianos, in Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Specifically, contextualize the tourist activity in the municipal dimension, present the perspective of the community on tourism and identify if there are and which are the enterprises that develop tourist activity in the researched area. The field research was carried out in two phases, with the application of forms in 2018, to collect data that evidenced available tourist resources; and conducting interviews in 2019, to record the community's perspective on tourism and the possibilities for developing the activity in its territory. Although important, only natural resources or traditional culture are not enough for tourism to develop sustainably. At the time of research, tourism did not represent a common interest of the group, in addition to stressing that they are not prepared to work with this activity.

**Keywords:** Regional development. Tourism in natural areas. Community-based tourism. Sustainability. Public policy.

## Introdução

O turismo é um fenômeno sociocultural amplamente estudado por pesquisadores que buscam compreender o resultado produzido pelo encontro entre hóspedes e anfitriões (DANN; PARRINELLO, 2009). Se bem planejado, também é uma poderosa ferramenta de conservação da natureza (FERREIRA; CARNEIRO, 2005) e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento sustentável. Porém, de forma mais recorrente, é reconhecido como uma das mais importantes atividades econômicas do mundo (HERNÁNDEZ-RAMÍREZ, 2015; LÓPEZ-BONILLA; GRANADOS-PÉREA; LÓPEZ-BONILLA, 2017).

O turismo convencional, enfatizado como atividade econômica e associado aos fluxos massificados e à lógica homogeneizante, passou por uma ressignificação para se adequar à realidade das questões ambientais pelas quais o planeta, de maneira geral, tem passado nas últimas décadas. A nova maneira de fazer turismo redimensiona a atividade, criando novos modelos/modalidades de turismo, que abrem caminho para a mudança de paradigma no desenvolvimento do turismo. Assim, a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento define que o sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que determina o real, em um determinado momento. A natureza e cultura estão associadas à economia que respeita a biodiversidade e a sociodiversidade, sendo este turismo chamado de 'turismo situado' (ZAOUAL, 2008).

Embora haja quem afirme que o patrimônio cultural das comunidades quilombolas pouco ou nada significa para a economia, sobretudo para os grandes empreendimentos (MATOS; SILVA, 2017), sua cultura compreende, essencialmente, um projeto político e coletivo de liberdade que recriou sociedades em outros continentes com forte presença das tradições africanas. Sua formação foi a mais radical resistência à violência e à vida desumana, que semeou a ruína da sociedade escravocrata do Brasil-colônia, significando também um espaço de ressignificação da cultura e do modo de vida de africanos e negros. Os quilombolas – ex-escravizados – são agentes históricos que transformaram a história ao se engajarem na luta pela liberdade, por seu território, pela subsistência e pela constituição de famílias e de comunidades (HAERTER; NUNES; CUNHA, 2013). Desde os primeiros quilombos formados até as comunidades quilombolas contemporâneas constituem-se por fortes laços familiares e de parentesco (FREITAS, 1984), tendo em comum sua luta pela terra e pela liberdade que ela representa. Atualmente, estas comunidades são múltiplas e variadas, distribuídas por todo o território nacional, algumas no campo e outras em área urbana.

O território ocupado reflete uma nova construção social, em que a terra passa a ser compreendida com valores diversos e múltiplas funções. A natureza presta serviços ecossistêmicos, materiais (relacionados aos processos geológicos e biológicos) e não materiais (relacionados aos hábitos e à cultura de cada sociedade), valores cênicos e paisagísticos (estéticos) e a própria cultura

que resulta da relação entre os habitantes e os elementos da natureza presentes no local onde vivem (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Do ponto de vista do sistema econômico, o capital representado pelo turismo local é o vínculo entre a dimensão universal e singular do capitalismo (ALVES, 1996). O turismo, independentemente da modalidade a ser desenvolvida, significa uma atividade econômica alternativa possível para comunidades que tenham interesse e que tenham em seu território recursos possíveis de compor um produto turístico com potencial atrativo.

O objetivo deste trabalho foi analisar o turismo como possibilidade de desenvolvimento local na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Especificamente, contextualizar a atividade turística na dimensão municipal, apresentar a perspectiva da comunidade acerca do turismo e identificar se há e quais são os empreendimentos que desenvolvem atividade turística na área pesquisada.

## **Fundamentação teórica**

### **Turismo: sustentabilidade, desenvolvimento local e políticas públicas**

Com interpretações políticas diferenciadas, o turismo no Brasil foi organizado e planejado através de diretrizes, objetivos e metas que constituíram os planos nacionais de turismo. Políticas públicas foram criadas, não apenas para fomentar novos destinos com potencial e distribuir os fluxos turísticos concentrados, especialmente, no litoral do país, mas também para promover a inclusão social, fortalecer a participação social e a governança democrática. Essas ações tornaram o turismo acessível a diferentes classes socioeconômicas e grupos sociais, favorecendo as populações locais; e alguns fatores contribuíram para que o turismo convencional e massificado desse espaço a outras modalidades turísticas (BRASIL, 2003; 2007).

A premissa que orienta estas ações tem como referência, especialmente, o 'Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma viagem de inclusão', cuja estratégia é associar crescimento de mercado à distribuição de renda e à redução de desigualdades sociais e regionais. Nesse contexto, o turismo de base comunitária é uma modalidade que surge como resultado de uma política pública. Sob a perspectiva da sustentabilidade, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de forma diferenciada, buscando, através do turismo, a sobrevivência econômica, aliada a outros fatores, como a valorização do modo de vida, da cultura e a defesa do ambiente. Apesar de ter diferentes conceitos, essa modalidade de turismo apresenta princípios que a definem: protagonismo das comunidades na gestão da atividade e na oferta de bens e serviços turísticos ao mercado, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística; valorização da cultura local; democratização de oportunidades e benefícios, e economia solidária (BRASIL, 2010).

A economia, em seu fundamento científico, construiu-se paralelamente ao seu desenvolvimento histórico por meio de considerações relativas à felicidade humana, quando a intenção era reduzir o homem a um animal dependente da produção e do consumo. Os fracassos das concepções econômicas não levam em conta a complexidade, a diversidade e as contingências dos atores locais. Economistas e sociólogos associaram a 'economia pura', identificada com o paradigma da economia de mercado, a outros conceitos como economia social ou socioeconomia, por exemplo. Assim, a maior inovação para a economia social e solidária é elaborar uma visão conciliadora: do homem consigo mesmo, com seus semelhantes e com a natureza, redefinindo o homem e o progresso. Dentro destes novos conceitos ou de forma justaposta, surgem outras ramificações relacionadas à economia solidária, ao desenvolvimento local, entre outros (ZAOUAL, 2010).

As teorias do desenvolvimento local encontram na esfera das relações não mercantis uma das explicações para o dinamismo de certos territórios. Estas relações permitem entrever toda a espessura antropológica dos territórios. Além das múltiplas variantes da abordagem territorial, o desenvolvimento local apoia-se na capacidade de auto-organização dos atores locais. A adesão a crenças comuns é o que garante o nível mais elevado de transparência nas relações entre estes atores, assim como o mais alto grau de pertencimento ao território, em que a harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano (ZAOUAL, 2010).

### **Sítios simbólicos de pertencimento**

No início deste século, os crescentes paradoxos do economicismo incitaram a recomposição dos saberes do social e a redescoberta do homem em suas práticas locais e cotidianas. A incapacidade

de resolver problemas concretos envolvendo economias e sociedades exige um novo olhar que contemple as exigências da época atual. Neste contexto científico, o desafio da teoria dos sítios é pensar, ao mesmo tempo, entidades aparentemente contraditórias: real/imaginário, ordem/desordem, racional/irracional, visível/invisível, formal/informal, mercantil/não mercantil, global/local, etc. (ZAOUAL, 2010).

O conceito de sítio articula crenças, conhecimentos e comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região (paisagem, *habitat*, arquitetura, modo de coordenação e de organização econômica, utensílios, técnicas, saber-fazer, etc.). Cada localidade tem relações significativas com seu patrimônio, que por sua vez também concentra uma universalidade em sua singularidade (ZAOUAL, 2008).

O singular é a forma de realização do universal; é a manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Somente iluminado pelo universal e através dele é que o singular pode contribuir para concretizar a identidade entre os povos. Sob essa perspectiva, universal e singular são indissociáveis. O modo de produção capitalista é a própria expressão do universal, porque submeteu, sem exceção, nações de todos os quadrantes do planeta; e a unidade cultural predominante entre os povos está submetida a este modo de produção (ALVES, 1996).

Sendo assim, existe uma complexa relação entre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista e sua organização espacial, com múltiplas escalas entre o local e o global. O desenvolvimento capitalista é intrinsecamente marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios, assimetrias e desigualdades. Apresenta uma espacialidade peculiar de sua riqueza, sob forma de meios de produção e mercadorias, que requer instrumentos precisos para seu estudo. Na América Latina, estudos analisaram a diversidade de situação das cidades e regiões, a partir de suas raízes históricas e culturais, e diferenciadas estruturas produtivas. Nenhum recorte espacial pode ser visto sem contexto institucional e historicidade da realidade particular. O espaço é uma produção social, onde se estruturam conflitos e se travam lutas em torno do ambiente construído socialmente (BRANDÃO, 2012).

A teoria dos sítios simbólicos, na prática, é a adesão a crenças comuns, que confere singularidades a cada espaço e situação vividos. Em um universo em permanente recomposição, o sítio disputa com a invasão do mercado a supremacia territorial. Nos limites deste sítio, são toleradas apenas manifestações que não impliquem sua total destruição. O sítio de pertencimento representa mecanismos de solidariedade e apoio para a vida econômica local. Dessa forma, o sítio modera as leis econômicas admitidas. Por isso, quando o capital tenta apoderar-se totalmente do real, o sítio o contém. Esta resistência dá-se através de práticas não mercantis (ZAOUAL, 2008; 2010).

A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento aborda a teoria do turismo situado, que associa a natureza, a cultura e a economia que respeita a diversidade que existe na Terra. Após sua fase inicial e progresso (décadas de 1960-1970), o turismo foi vítima de seu próprio sucesso. O turismo de massa, que privilegia o lucro imediato e a grande escala, acabou sofrendo por ter cada vez mais associado a si valores negativos, como inatividade cultural, contatos superficiais, poluição e, principalmente, os efeitos cruéis de um produto uniforme. Assim, os sítios que constituem o objeto do turismo de massa perdem, progressivamente, seu atrativo (ZAOUAL, 2008).

### **Turismo de base comunitária: complexidade na teoria e na prática**

Existem diversos conceitos teóricos e modalidades de turismo utilizadas pelo mercado. O turismo de base comunitária inclui, especialmente, os aspectos socioculturais e históricos de comunidades tradicionais, localizadas em áreas urbanas ou rurais, muitas vezes em locais de interesse, também, para o turismo em áreas naturais e para o turismo cultural. O turismo de base comunitária, que pouco tem a ver com as ações do mercado convencional, tem como principal atrativo a autenticidade do modo de vida das comunidades. Como características, estas comunidades têm suas histórias ligadas à luta pela posse da terra, por sua relação com a natureza, pela preservação ambiental e pelo direito ao modo de vida tradicional (ALMEIDA, 2004; BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Esforços vêm sendo feitos com o intuito de compreender e difundir o turismo de base comunitária. As discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e

sua autonomia no processo de decisão. As políticas públicas em turismo também são propostas com o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade de vida e com o desenvolvimento local sustentável (IRVING, 2002). Este conceito, que não representa apenas mais um segmento do mercado turístico, tem como particularidade a sustentabilidade em uma escala definidamente local. Além disso, representa uma forma de incluir comunidades, por vezes isoladas, à sociedade e ao sistema de produção.

Cabe ressaltar que a diferença entre ‘sociedade’ e ‘comunidade’ está, justamente, na forma de socialização: na sociedade (*Gesellschaft*), as relações características são abstratas e sistêmicas; na comunidade (*Gemeinschaft*), o contato direto é inerente à tradição comunitária (TÖNNIES, 1887). No lugar onde se recebe e se é recebido, onde há o encontro entre anfitrião e hóspede, o espaço é real, histórico e culturalmente construído. Primeiramente são reconhecidos pelos moradores, o que constitui uma ação e autoidentificação própria do sentido de comunidade. Somente após esse processo, os lugares passam a ser percebidos como turísticos e podem ser espaços produzidos e comercializados (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). O turismo de base comunitária é desenvolvido em diferentes sítios: favelas urbanas (MANO; MAYER; FRATUCCI, 2017), colônias de imigrantes (BLANCO, 2009), assentamentos rurais (PENA; BRASILEIRO; SANTOS, 2010), vilas de pescadores de mar (caiçaras) (BARROS; RODRIGUES, 2019) e de rio (ribeirinhos) (ASSIS; PEIXOTO, 2019), aldeias indígenas (FARIA, 2009) e territórios de quilombolas (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

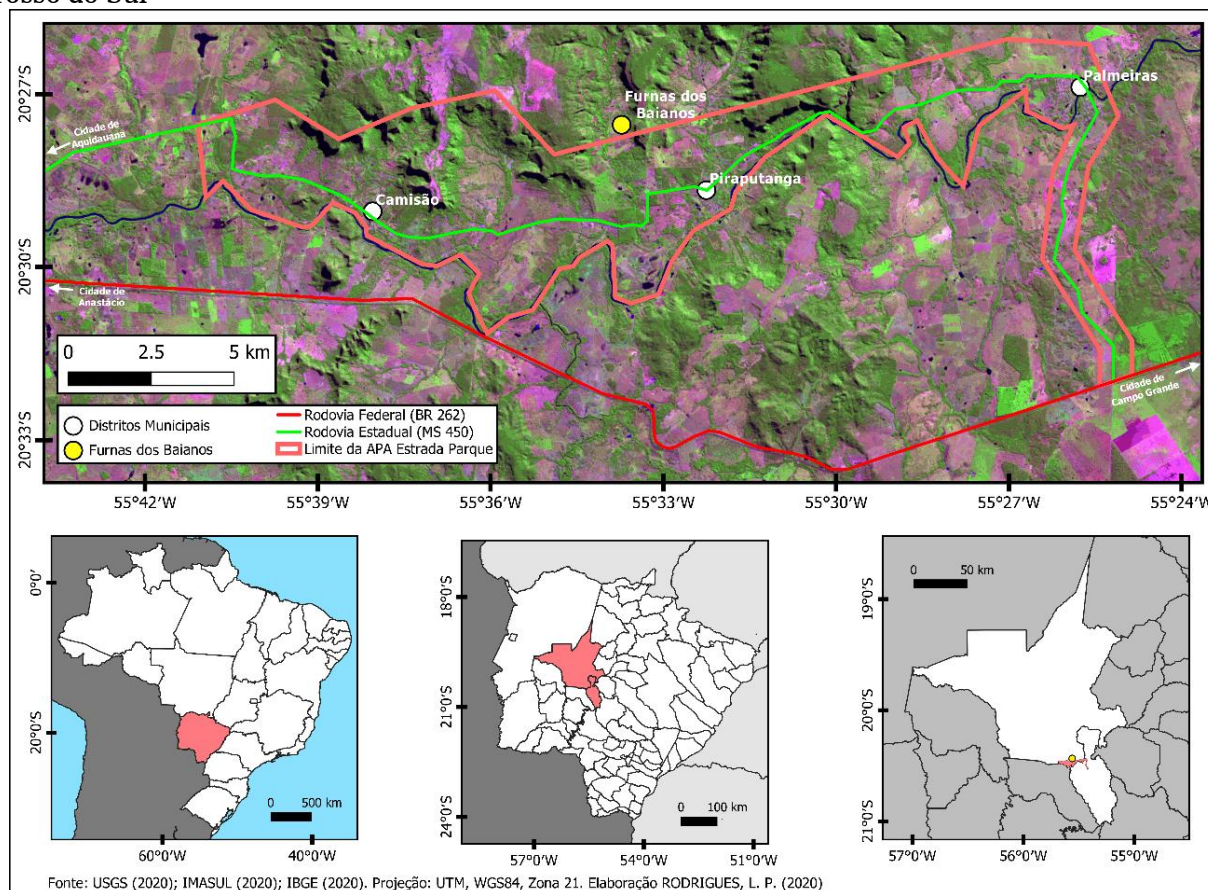
A prática não se apresenta menos complexa. Quando a comunidade decide receber turistas, o faz de forma diferenciada do turismo convencional. Obviamente, as relações econômicas não são excluídas, pois representam um dos pressupostos do turismo. Entretanto, não comercializam o que os turistas desejam, senão o que eles mesmos entendem ser valioso em termos culturais e ambientais. O lugar ocupado pela comunidade é repleto de significados próprios. Por isso, trata-se de um turismo baseado na hospitalidade, em que as relações de troca constituem o princípio fundamental: a comunidade acolhe os turistas em sua própria ‘casa’ e o turista viaja disposto a se adaptar ao modo de vida e a respeitar os códigos dos lugares visitados. Essas relações ultrapassam a racionalidade do lucro imediato, enriquecendo a experiência turística de ambos (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, município de Aquidauana, distante 141 km da capital Campo Grande. O acesso à comunidade é feito pela Estrada-Parque Piraputanga, que constitui uma área de proteção ambiental (10.108 hectares) e tem 42,5 km de extensão, ligando os distritos de Camisão, Piraputanga (no município de Aquidauana) e Palmeiras (no município de Dois Irmãos do Buriti). Está localizada na região centro-oeste de Mato Grosso do Sul (rodovia MS 450, entroncamento com a BR 262). O território é formado pelos morros da serra de Santa Bárbara, no complexo da serra de Maracaju (Figura 1).



**Figura 1:** Localização da comunidade de Furnas dos Baianos (ponto amarelo), Aquidauana, Mato Grosso do Sul



Elaboração: Lidiane Perbelin Rodrigues (2020).

A realização desta pesquisa foi autorizada pela Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de Furnas dos Baianos. O formulário e a entrevista constituíram os instrumentos de coleta de dados e foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil. A pesquisa de campo foi realizada em duas fases, com a aplicação dos formulários em 2018 e a realização das entrevistas em 2019. Para participar, o respondente deveria, obrigatoriamente, ser parte do grupo (ou descendente) dos migrantes que chegaram naquele local, como também morar na comunidade.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, de natureza aplicada, com procedimentos técnicos utilizados em pesquisas etnográficas (MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa etnográfica compreende o estudo do modo de viver de um grupo particular de pessoas, através da observação direta e por um determinado período de tempo. Este grupo é representado por pessoas associadas de alguma forma, uma unidade social significativa para a pesquisa, seja ela formada por muitos ou poucos elementos (MATTOS, 2011).

O formulário foi estruturado com o objetivo de coletar dados que evidenciassem possíveis recursos turísticos disponíveis no território ocupado pela comunidade (recursos naturais e culturais relacionados ao modo de vida e conhecimento tradicional dos moradores). Para responder, um representante de cada família foi convidado a participar, de maneira voluntária e consentida. As 14 famílias que formam a comunidade foram representadas.

A metodologia utilizada também combinou diferentes aspectos da entrevista, de caráter exploratório, etnográfico e com foco definido. Este instrumento demanda, pelo menos, a proposição de uma pergunta inicial que faça sentido e seja de interesse para os entrevistados. É um método capaz de estimular a livre expressão, a determinação de temas e perspectiva das coisas. A entrevista cria a oportunidade de interação com pessoas; outrossim, apresenta limitações que devem ser consideradas, para não desmotivar a participação no estudo, tampouco gerar expectativas que não condizem com o resultado esperado (KAPP, 2020). A entrevista aberta foi utilizada para registrar a perspectiva da comunidade acerca do turismo e das possibilidades de desenvolvimento da atividade em seu território.

A aplicação dos formulários e a realização das entrevistas (gravadas em arquivos de voz, utilizando *smartphone*) aconteceram nas casas dos moradores e o tempo de duração variou, de acordo com a disponibilidade, o interesse e a interação de cada entrevistado. As questões principais a serem respondidas pela pesquisa foram: se o turismo é desenvolvido na comunidade e de que forma, o que pensam os moradores sobre receber e trabalhar com visitantes e turistas, quais recursos (naturais e culturais) os moradores consideram possível serem utilizados para compor um produto turístico. Os dados foram organizados por meio da tabulação dos formulários e da transcrição das entrevistas. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, exploração do material e tratamento dos resultados. Os termos utilizados pelos participantes da pesquisa foram considerados para delimitar os temas a serem apresentados e discutidos.

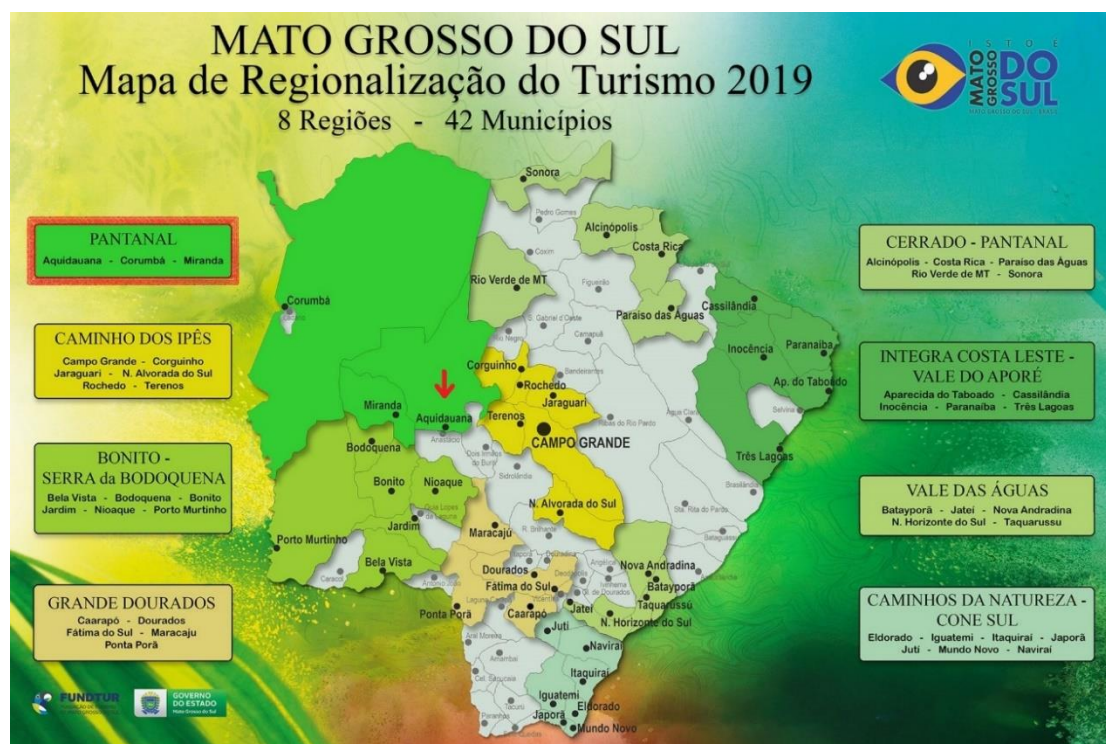
## Resultados e discussão

### Aquidauana: contexto turístico

A cidade de Aquidauana é considerada a porta de entrada para o Pantanal. Apresenta arquitetura histórica, ruas centrais de paralelepípedo, além de alguns pontos turísticos de interesse, como a ponte velha, construída em ferro e madeira e inaugurada em 1926, interligando os municípios de Aquidauana e Anastácio. Aquidauana é cortada pelo rio de mesmo nome e abriga parte da Estrada-Parque Piraputanga, que é o entroncamento da rodovia MS 450 com a BR 262. Esta localização é considerada estratégica para a atividade turística, pois interliga a capital às regiões turísticas do Pantanal e de Bonito/Serra da Bodoquena (Rota Bonito-Pantanal).

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realizou o inventário da oferta turística com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento da atividade. A equipe de turismólogos foi a campo para identificar, registrar e divulgar atrativos, equipamentos, estrutura de apoio, serviços turísticos e instâncias de gestão. Quatro áreas foram consideradas de interesse turístico: Estrada-Parque Piraputanga, Área Urbana, Aldeias Indígenas e Pousadas Pantaneiras. O Conselho Municipal de Turismo é ativo e atua em conjunto com a secretaria. De acordo com o mapa turístico de Mato Grosso do Sul, versão 2019, Aquidauana faz parte da região do Pantanal, que também inclui os municípios de Corumbá e Miranda (Figura 2). O município está estrategicamente localizado próximo à Serra da Bodoquena e da capital, Campo Grande.

Figura 2: Mapa de regionalização do turismo de Mato Grosso do Sul



Fonte: Fundtur (2019).



O mapa de regionalização é um instrumento para orientar a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas. Também serve para identificar o desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Atualizado bianualmente, tem como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma descentralizada e regionalizada. A categorização serve para otimizar a distribuição de recursos públicos e auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional (BRASIL, 2015).

O mapa turístico de Mato Grosso do Sul apresenta 42 municípios agrupados em 8 regiões turísticas. Aquidauana está classificada na categoria intermediária 'C', que significa fluxo turístico mediano e número de estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem com média expressividade (categoria 'A': capitais e os municípios com maior fluxo turístico e maior número de estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem; categoria 'E': municípios sem fluxo turístico e valores zerados para as variáveis descritas na categoria 'A') (BRASIL, 2019).

É importante ressaltar que o município de Aquidauana é um polo universitário, sediando campus das universidades federal (UFMS), estadual (UEMS) e do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. O curso de Turismo da UFMS, campus de Aquidauana (fechado em 2020), desenvolveu projetos que aproximam o turismo da comunidade. Pesquisas feitas na Estrada-Parque Piraputanga, envolvendo professores e alunos, contribuíram para realizar o diagnóstico ambiental e avaliar as possibilidades de utilização turística, além de alimentar o banco de dados para a elaboração do plano de manejo da área de proteção ambiental que inclui a estrada-parque. A atividade de observação de aves '*birdwatching*' também foi pesquisada como um potencial produto turístico presente na estrada-parque. Dessa forma, as instituições de ensino contribuem com dados científicos para subsidiar ações que beneficiem tanto o turismo, quanto o desenvolvimento local.

Onze entrevistados afirmaram ter conhecimento do curso de Turismo da universidade federal e entendem que o curso pode contribuir '*trazendo conhecimento e novas informações para a comunidade*', '*ajudar a fomentar o turismo na comunidade*' e '*qualificar os moradores que gostariam de trabalhar com turismo*'. Quatro propriedades já receberam a visita de alunos e professores para atividades relacionadas às '*questões ambientais*'.

### Perspectiva da comunidade acerca do turismo

Dos quatorze entrevistados, doze não demonstraram interesse em receber visitantes/turistas em suas propriedades. Sobre a atividade turística ser desenvolvida dentro da comunidade, as respostas/justificativas foram distintas. Sete entrevistados afirmaram que a atividade é importante para a comunidade e receber visitantes/turistas é bom, pois pode trazer benefícios e investimentos e gerar melhor qualidade de vida para as famílias, além de haver '*movimento*' [quebra da rotina]. Entretanto, ressaltaram que os moradores que desejam trabalhar nessa atividade precisam entender o que é o turismo e o que ele representa. Três entrevistados não concordaram em receber visitantes/turistas, por entenderem que isso acabaria com o sossego da comunidade. Dois entrevistados disseram que a comunidade não está preparada para receber visitantes/turistas, que seria preciso orientação para saber como agir. Outros dois entrevistados afirmaram que o turismo até pode trazer benefícios ('*trabalho*'), mas ressaltam que a '*tranquilidade também tem seu valor*'.

A ponderação sobre o assunto turismo reflete não apenas a consciência dos entrevistados sobre a complexidade da atividade turística como também a consciência coletiva dos moradores, o que, inclusive, os identifica como comunidade. Compreende-se que o território, apesar de ser dividido em distintas propriedades particulares, é de domínio coletivo, com uso comum dos recursos nele disponíveis. Isso remete às questões simbólicas, representadas pelos laços comunitários e pela cultura arraigada na própria história dos que ocuparam e ocupam essas terras (ALMEIDA, 2004) e pela teoria dos sítios de pertencimento que apresenta, ao mesmo tempo, a singularidade da situação vivida e essa visão coletiva de comunidade – do espaço e das crenças compartilhadas, do respeito aos interesses comuns, do que representa um benefício maior para todos em detrimento do que é individual (ZAOUAL, 2010).

Na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, localizada na cidade de Jaraguari, MS, a 48 quilômetros da capital, Campo Grande, os moradores assumiram seu protagonismo em busca de novas alternativas e perspectivas para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento. Neste contexto, está o turismo, que é avaliado pela comunidade como uma atividade que incorpora modelos de desenvolvimento em que persiste como consequência o aumento de emprego e renda para os



moradores. Entretanto, todo e qualquer projeto precisa considerar as reais necessidades da comunidade, que podem incluir saúde, educação, geração de empregos, fortalecimento da identidade cultural. Avalia-se que, se a comunidade não está preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e serviços de apoio à atividade ou pela carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade resumidamente econômica, que não reproduz benefícios socioculturais em comunidades que se esforçam em abrir suas portas para a visitação (OLIVEIRA; MARINHO, 2009).

O turismo de base comunitária é uma atividade complementar, em que os participantes precisam se organizar de forma colaborativa, permitindo a manutenção de suas atividades tradicionais e a dinamização da pequena economia local. A maneira como o turismo se integra às formas de produção e comercialização locais não se restringe a um simples aumento de renda da população local. Esta é apenas uma parte da complexa dinâmica que envolve novas sociabilidades, já que a autonomia destes sujeitos e a forma de gestão compartilhada exigem toda uma organização de espaços e tempo dos moradores, reuniões sistemáticas para analisar os benefícios e como serão distribuídos, diagnóstico de problemas emergentes, formas de intervenção, qual o objeto de tomada de decisão coletiva, entre outros fatores. O turismo, mais do que uma possibilidade para o desenvolvimento sustentável, pode/deve ser uma alternativa de emancipação social (LEÃO, 2016).

O turismo de base comunitária representa um novo paradigma para o turismo. Já é possível identificar características das singularidades e estabelecer algumas generalizações sobre o conceito de turismo de base comunitária, que se assenta nas relações de hospitalidade, na vontade de receber para oferecer o que se tem de mais caro, que é o sítio simbólico de pertencimento (ZAOUAL, 2008). Diversas situações pesquisadas demonstraram que o turismo não é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica. Mas, para que seja de base comunitária, é imprescindível que se respeitem a diversidade e a identidade e se deem condições para que as comunidades apresentem suas demandas e limitações (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Na prática, a complexidade relativa ao turismo de base comunitária não exclui, sequer, uma das mais divulgadas experiências, desenvolvida na Amazônia (região de Anã, município de Santarém, Pará). Em uma relação de dependência de mais de 10 anos da Organização Não Governamental que assessora o turismo nessa vila, o 'Projeto Saúde e Alegria' dificulta a transferência de conhecimento, sem criar condições para que os comunitários possam ter autonomia de gestão da atividade turística em seu território. Quando outros interesses são colocados acima dos interesses da comunidade, mesmo que a atividade represente benefícios (capital e simbólico) forma-se uma relação de poder assimétrica, que produz colonialidades [exploração] como a do saber e a do ser. Portanto, desconsidera-se tratar-se de 'turismo de base comunitária' quando o requisito fundamental – autonomia da comunidade – é ausente (ASSIS; PEIXOTO, 2019).

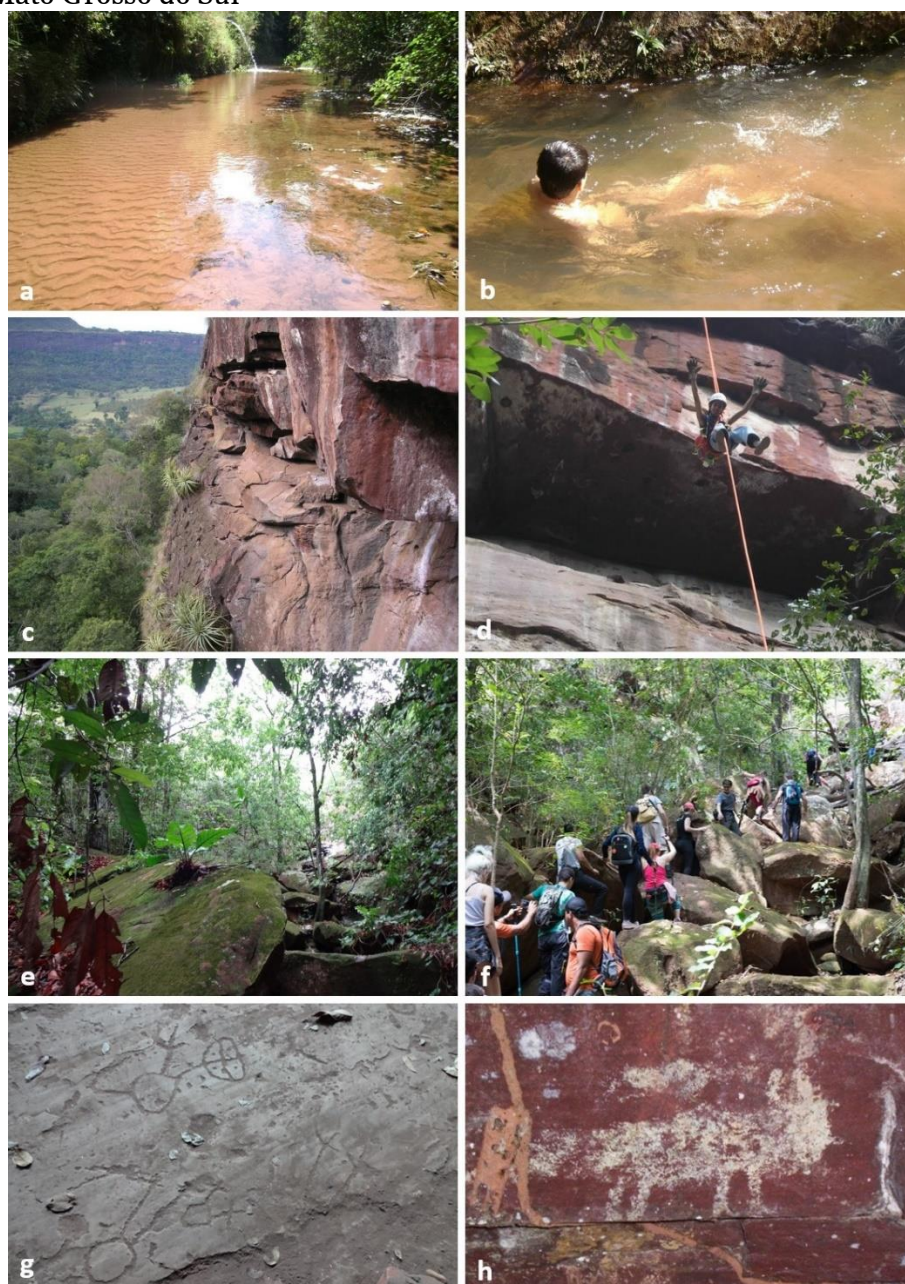
Para serem percebidos como turísticos, antes os sítios precisam ser reconhecidos pelos próprios moradores, em uma autoidentificação do sentido de comunidade. O sítio é/será o lugar do encontro de quem recebe e de quem é recebido; é real, histórico e culturalmente construído (BAUMAN, 2003). Na hipótese de o turismo ser desenvolvido na comunidade, os participantes da pesquisa em Furnas dos Baianos listaram elementos que consideram importantes e que poderiam ser transformados em atividades/componentes de um produto turístico/recreativo. Foram citados: trilhas para observação da natureza (por 9 entrevistados); lida rural (9); produtos típicos como farinha de mandioca, doce de leite, queijo, requeijão e compota de frutas (7); passeios (6); banho no córrego das Antas (4); processo de produção artesanal da farinha de mandioca (1); artesanato (1); e refeições/alimentação (1).

Para construir uma nova trajetória, utilizando o turismo como um propulsor nos processos de inclusão social, econômica e política dos moradores do território, comunidades tradicionais devem se debruçar sobre as potencialidades e limites, que representam o produto endógeno e exógeno das dinâmicas socioculturais que ocorrem em seus territórios (ARRUDA; GONÇALVES, 2020). De acordo com a teoria dos sítios de pertencimento, a comunidade de Furnas dos Baianos será colocada à prova, disputando a supremacia de seu território com a invasão do mercado do turismo, que chega pela Estrada-Parque Piraputanga. Portanto, nos limites de seu espaço, só podem ser toleradas as manifestações que não impliquem sua total destruição. Os impactos causados pelas atividades turísticas na estrada-parque, positivos ou negativos, precisam ser monitorados e as interferências sobre a comunidade devem ser avaliadas.

## **Chácara dos Mirantes: o empreendimento turístico de Furnas dos Baianos**

A atividade turística é realizada por uma das famílias, em sua propriedade. No ano de 2005, um morador, que já havia trabalhado em uma empresa de turismo de aventura, viu a oportunidade de empreender utilizando os recursos naturais de sua propriedade, em especial a atividade de escalada *'rapel'*. Buscou capacitação e adequação, obedecendo as normas de segurança estabelecidas pelo Programa Aventura Segura e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob responsabilidade da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). Na *'Chácara dos Mirantes'*, o pequeno negócio familiar, gradativamente, implementou diferentes atrativos, utilizando os recursos naturais como a fauna e a flora (trilhas em meio à mata nativa), o relevo e os paredões de rocha (*rapel* positivo: quando os pés do praticante têm contato com o paredão; e negativo: quando feito em vão livre, não havendo apoio para os pés), o córrego das Antas para atividades recreativas, a criação de animais (lida rural), produção de leite (queijo, requeijão e doce de leite), o *camping* (estrutura para hospedagem) e um sítio arqueológico (arte rupestre, história natural) (Figura 3).

**Figura 3:** Recursos turísticos da *'Chácara dos Mirantes'*: córrego das Antas (a), (b); paredões de arenito com equipamentos para prática de *rapel* (c), (d); trilhas (e), (f); sítio arqueológico (g), (h), Aquidauana, Mato Grosso do Sul



Fonte: Acervo do proprietário da Chácara dos Mirantes.

Estes recursos são formatados, organizados, divulgados e comercializados como produtos relacionados ao 'ecoturismo' e ao 'turismo rural'. Todas as atividades são acompanhadas por guia capacitado e, se necessário, eventualmente, há contratação de pessoas de fora da comunidade para auxiliar. O número máximo de pessoas que o empreendimento recebe por vez, considerando a capacidade de carga e a estrutura da propriedade, é de 20. A época de férias e o verão são os períodos de maior procura e o contato dos visitantes/turistas, geralmente, é feito por telefone ou e-mail, com a venda direta do produto turístico ou intermediada por agências/operadoras de turismo.

Este empreendimento reverte cerca de 20% do total da receita obtida para investir em melhorias e na ampliação das instalações e equipamentos utilizados para desenvolver as atividades. Todo o investimento na propriedade para atender os turistas foi feito com recursos próprios. Apesar de não haver qualquer planejamento para a realização da atividade turística na propriedade, existe a preocupação em obedecer a capacidade de carga, respeitar os animais, usar os recursos naturais com responsabilidade, reflorestar as margens do córrego e não desperdiçar energia elétrica. Da área total da propriedade, menos da metade é utilizada para as atividades de turismo. No momento da pesquisa, não havia qualquer projeto sendo desenvolvido no empreendimento em parceria com o Ministério do Turismo, Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul ou com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Aquidauana.

### Considerações finais

Os moradores de Furnas dos Baianos apresentaram diferentes argumentos sobre desenvolver a atividade turística no território da comunidade, ponderando sobre benefícios e impactos negativos que o turismo pode trazer. A maioria dos entrevistados não demonstrou vontade de receber visitantes ou turistas em sua propriedade (espaço de convívio). No momento da pesquisa, o turismo não representou um interesse comum do grupo; os respondentes ressaltaram que não se encontram preparados para trabalhar com esta atividade.

Se não há consenso entre os comunitários sobre desenvolver a atividade turística, a natureza e a cultura são elementos para que outras modalidades de turismo possam ser desenvolvidas: o Turismo em Áreas Naturais (ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, entre outros) e o Turismo Cultural. Sob o princípio da sustentabilidade podem, da mesma forma, contribuir para a conservação da natureza do território e para sua valorização cultural.

Se e quando a comunidade decidir, coletivamente, o turismo de base comunitária poderá ser desenvolvido, observando todos os seus princípios. Os moradores que quiserem empreender poderão, em suas propriedades, trabalhar com outras modalidades de turismo, além de serviços que complementam a atividade turística, como hospedagem, alimentação, transporte e artesanato. Para saber se o turismo será uma ferramenta de desenvolvimento ou uma ameaça à comunidade é necessário acompanhar de que forma a atividade foi/está sendo implantada e implementada; se há compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a conservação dos recursos naturais, com o respeito à cultura, à autonomia e à decisão das comunidades, bem como com a distribuição de riquezas. O resultado disto também será o de um processo político, social e econômico, com a participação do poder público, da iniciativa privada e do mercado.

O poder público é responsável por apresentar políticas públicas fundamentadas em dados que explicitem a realidade destas comunidades, suas demandas, potencialidades, problemas e, acima de tudo, sua decisão sobre o que deve ser feito para concretizar a qualidade de vida destas pessoas. Além disso, estados e municípios precisam estar comprometidos com a continuidade destas políticas, seguindo as diretrizes nacionais em suas dimensões de competência, fomentando a atividade, elaborando e propondo projetos e parcerias público/privadas, fortalecendo as ações regionais e, especialmente, monitorando os resultados, para que eventuais erros sejam corrigidos.

Na comunidade de Furnas dos Baianos, há recursos que podem ser transformados em produtos turísticos. Por outro lado, é possível perceber que a articulação interinstitucional, os esforços da gestão pública e os interesses da iniciativa privada ainda não são suficientes e nem chegaram além da Estrada-Parque Piraputanga. A estrada-parque e a unidade de conservação onde ela está inserida representam um polo de turismo regional, de interesse para o mercado.

O acesso e respaldo em políticas públicas intersetoriais e integradas, o planejamento e desenvolvimento de projetos sustentáveis, a capacitação profissional para planejamento, a gestão administrativa e comercial, a operação técnica dos empreendimentos e a visão de negócio são fatores determinantes para que o turismo de base comunitária apresente resultados efetivamente positivos para as comunidades que decidam compartilhar seu território. É um processo complexo, que



demandas ações de médio e longo prazo. Por isso, é imprescindível que a implementação dos projetos definidos contemple estratégias para redirecionamentos, evitando a descontinuidade, que representa desperdício de recursos, de tempo de trabalho e, principalmente, causa frustração às comunidades envolvidas. Assim, o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Furnas dos Baianos, em curto e médio prazo, é inviável.

## Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) e à Universidade, pela bolsa de estudos concedida. Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela bolsa de Produtividade em Pesquisa.

## Referências

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALVES, G. L. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: Congresso Iberoamericano de Historia de la Educacion Latinoamericana, 3, 1996, Caracas. **Anais...** Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1996. p. 1-8.

ARRUDA, D. O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020.

ASSIS, G. C.; PEIXOTO, R. C. D. O turismo é uma dádiva? Uma 'etnografia das trocas' e a oferta da experiência 'chamada' Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.144-160, 2019.

BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 1-20, 2019.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 501p.

BAUMAN, Z. **Comunidades**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 144p.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 348-358.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 238p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, metas e programas - 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. 48p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. 83p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88p.

BRASIL. Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015. Estabelece a categorização dos municípios pertencente às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Ministério do Turismo, Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 28 ago. 2015. Edição: 165, seção 1, p. 125.



BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro - 2019.** Disponível em: <[http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=82&Itemid=262](http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262)> Acesso em: 21 set. 2020.

DANN, G. M. S.; PARRINELLO, G. L. (Org.) *The sociology of tourism: European origins and developments* (Tourism Social Science Series, 12). Bingley: Emerald, 2009. 350p.

FARIA, I. F. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 261-276.

FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. Conservação ambiental, turismo e população local. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-13, 2005.

FREITAS, D. **Palmares - A guerra dos escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 219p.

FUNDTUR. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. **Mapa de Regionalização do Turismo 2019.** Mapa turístico do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/conhecamos/mapa-turistico-do-ms/> Acesso em: 10 set. 2020.

HAERTER, L.; NUNES, G. H. L.; CUNHA, D. T. R. Refletindo acerca da contribuição da cultura quilombola aos currículos da educação básica brasileira, através da presença da história da África e Afrobrasileira. **Revista Identidade!**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 267-278, 2013.

HERNÁNDEZ-RAMÍREZ, J. El turismo como objeto de estudio. Análisis de la producción bibliográfica de los antropólogos españoles del turismo. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 13, n. 2, p. 305-331, 2015.

IRVING, M. A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-32, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202006>

LEÃO, C. V. M. Turismo de base comunitária: outras economias na mira da emancipação social. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 27, n. 3. p. 644-667, 2016.

LÓPEZ-BONILLA, J. M.; GRANADOS-PEREA, C.; LÓPEZ-BONILLA, L. M. Primera generación de autores con difusión internacional en la investigación turística española. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 40, n. 3, p. 1-18, 2017.

MANO, A. D.; MAYER, V. F; FRATUCCI, A. C. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 413-435, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MATOS, A. S. M. C.; SILVA, J. P. O progresso e o estado de exceção econômico: apontamentos sobre a questão quilombola no Brasil. **Astrolabio - Revista Internacional de Filosofia**, Barcelona, v. 19, p. 132-141, 2017.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica; In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Org.) **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

OLIVEIRA, A. M.; MARINHO, M. Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 334-347.

PENA, L. C. S.; BRASILEIRO, I. L. G.; SANTOS, A. R. D. Turismo e sustentabilidade em territórios de assentamentos rurais da reforma agrária. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 2010, Universidade Anhembi-Morumbi. **Anais...** São Paulo, SP, 2010.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.142-161.

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, 2016.

TÖNNIES, F. **Gemeinschaft und Gesellschaft: Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Culturformen**. Leipzig: Fues's Verlag (R. Reisland), 1887. 294p. Disponível em: [http://www.deutschestextarchiv.de/toennies\\_gemeinschaft\\_1887](http://www.deutschestextarchiv.de/toennies_gemeinschaft_1887). Acesso em: 13 jan. 2020.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2008.

\_\_\_\_\_. *O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas*. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*